



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE LAJE  
PREFEITURA MUNICIPAL**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA  
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021  
OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA  
LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE  
(Processo Administrativo nº 744/2025)**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação da execução de obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, no Município de Laje (BA), conforme Termo de Compromisso nº 986974/2025/MCIDADES/CAIXA, incluindo execução integral das edificações e infraestrutura interna ao empreendimento, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Eventograma/PLE e demais anexos técnicos.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTI-DADE | VALOR UNITÁRIO   | VALOR TOTAL      |
|------|---|--------|-------------------|-------------|------------------|------------------|
| 1    | Obras Cíveis de Edificações Residenciais e Comerciais | 4545   | un                | 1           | R\$ 2.732.933,30 | R\$ 2.732.933,30 |

**Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

**Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo, vez que a contratação extinguir-se-á com a conclusão física das 20 unidades, o recebimento definitivo e o cumprimento das obrigações legais e contratuais.

**Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da **data da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de execução física da obra será de **10 (dez) meses**, contados da emissão da Ordem de Serviço, conforme estabelecido no cronograma físico-financeiro aprovado, devendo estar compreendido dentro do prazo de vigência contratual.

1.6. A vigência contratual poderá ser prorrogada, nas hipóteses legalmente admitidas, mediante justificativa técnica e formalização de termo aditivo, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, no qual foram analisados os aspectos técnicos, econômicos, orçamentários e sociais que justificam a execução da obra de construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50.



## ESTADO DA BAHIA MUNICÍPIO DE LAJE PREFEITURA MUNICIPAL

2.2. O Município de Laje ainda não instituiu formalmente Plano de Contratações Anual – PCA, mas a ausência de PCA não compromete a regularidade da presente contratação, tendo em vista que:

I – a Lei nº 14.133/2021 recomenda sua elaboração como instrumento de governança, mas não condiciona a validade da contratação à sua existência;

II – a necessidade da contratação encontra-se devidamente demonstrada no Estudo Técnico Preliminar;

III – a contratação decorre de compromisso formal celebrado com o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, por meio do Termo de Compromisso nº 986974/2025/MCIDADES/CAIXA;

IV – a despesa possui previsão na Lei Orçamentária Anual e encontra-se vinculada a política pública habitacional específica.

2.2.1. Além disso, a Administração Municipal encontra-se em fase de estruturação de seus instrumentos de governança e planejamento das contratações, de modo a contemplar, futuramente, a consolidação do Plano de Contratações Anual.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Elaboração e execução de Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC, nos termos da Lei nº 12.305/2010 e da Resolução CONAMA nº 307/2002, assegurando a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

4.1.2 Utilização de materiais que atendam às normas técnicas da ABNT, privilegiando produtos com certificação de conformidade, madeira de origem legal e insumos que apresentem maior durabilidade e menor necessidade de manutenção ao longo do ciclo de vida da edificação.

4.1.3 Adoção de práticas construtivas que promovam uso racional de água e energia durante a execução da obra, incluindo controle de desperdícios, reaproveitamento de materiais quando tecnicamente viável e adequada gestão de consumo no canteiro.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação **não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos**, devendo os materiais empregados atender às especificações técnicas constantes do Projeto Básico, Memorial Descritivo e normas da ABNT aplicáveis.

4.2.1 Sempre que houver referência a padrão técnico, esta deverá ser interpretada como “ou equivalente, ou similar, ou de melhor qualidade”, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

#### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há, até o momento, processo administrativo que tenha concluído pela vedação de marca ou produto específico. Assim, **não há vedação prévia à utilização de marcas**, desde que os produtos atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas no Projeto Básico e às normas técnicas aplicáveis.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade de fabricante, considerando que o objeto consiste em execução de obra de engenharia com fornecimento de insumos usuais de mercado, inexistindo justificativa técnica que autorize tal exigência.



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE LAJE  
PREFEITURA MUNICIPAL**

**Subcontratação**

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- 4.6.1 Execução das fundações e da estrutura das edificações;
- 4.6.2 Execução da alvenaria estrutural ou de vedação principal;
- 4.6.3 Coordenação geral e responsabilidade técnica da obra.
- 4.6.4 Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:
- 4.6.5 Instalações elétricas e hidrossanitárias;
- 4.6.6 Serviços de pintura e revestimentos;
- 4.6.7 Serviços complementares e especializados de baixa complexidade técnica.

4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.8. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.9. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.10. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**Garantia da contratação**

4.11. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento) do valor total da contratação**.

4.11.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.12. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.12.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.12.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.12.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.12.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.13. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.14. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.15. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.16. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.16.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.17. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.17.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.17.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.17.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.18. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.18.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.19. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.20. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.21. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.22. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.22.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.22.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.23. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

- 4.23.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.  
4.23.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.24. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.25.

4.26. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.27. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.28. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

**Vistoria**

4.29.

4.30. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento das condições do objeto, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dias úteis, no horário de funcionamento da Secretaria Municipal competente.

4.30.1 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições de execução.

4.30.2 A não realização da vistoria não poderá fundamentar alegações futuras de desconhecimento das condições locais.

**Instalação de escritório**

4.31. Não será exigida instalação prévia de escritório no Município de Laje/BA, devendo a contratada, entretanto, manter responsável técnico com presença periódica na obra e estrutura administrativa compatível com a execução contratual.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: até 05 (cinco) dias úteis contados da emissão da Ordem de Serviço.

5.1.2 A Ordem de Serviço somente será emitida após a assinatura do contrato e comprovação da prestação da garantia contratual, quando exigida.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.2.1 A execução observará rigorosamente o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Composições de Preços, Cronograma Físico-Financeiro e demais anexos técnicos do processo.

5.2.2 A obra será executada mediante os seguintes métodos e etapas técnicas:

I – **Mobilização e instalação do canteiro de obras**, incluindo placa institucional, instalações provisórias, armazenamento de materiais e organização logística;

II – Serviços preliminares e locação das unidades habitacionais, conforme projeto arquitetônico;

III – **Execução de fundações**, de acordo com as sondagens e especificações técnicas constantes do Projeto Básico;

IV – Execução da superestrutura em concreto armado, conforme NBR 6118;

V – Execução de alvenarias estruturais ou de vedação, conforme projeto;





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

- VI – **Execução da cobertura**, incluindo estrutura e telhamento;
- VII – **Instalações elétricas e hidrossanitárias**, observando as NBR 5410 e NBR 8160;
- VIII – **Revestimentos internos e externos**, incluindo contrapiso, reboco, pintura e assentamentos cerâmicos;
- IX – Esquadrias, louças, metais e acabamentos finais;
- X – Limpeza final, testes operacionais e entrega técnica das unidades.

5.2.3 Os procedimentos executivos deverão:

- I - Seguir normas técnicas da ABNT aplicáveis;
- II - Observar padrões de desempenho da NBR 15575;
- III - Manter controle tecnológico dos serviços estruturais;
- IV - Manter diário de obra atualizado;
- V - Garantir segurança do trabalho conforme NR-18.

5.2.4 A execução será contínua, respeitando a sequência lógica de engenharia e as condições climáticas locais.

5.2.5 Alterações no sequenciamento executivo propostas pelo Contratado não implicarão alteração do valor global contratado, salvo quando formalmente aprovadas como modificação contratual.

**Cronograma de realização dos serviços:**

5.3. A obra será executada no prazo total de **10 (dez) meses**, conforme Cronograma Físico-Financeiro aprovado, dividido em etapas compatíveis com o Eventograma/Planilha de Levantamento de Eventos (PLE).

5.3.1 O pagamento será vinculado à medição por eventos executados e atestados pela fiscalização.

**Etapas e períodos estimados:**

5.4. Deverão ser obedecidas as etapas definidas no Projeto Básico e seus anexos.

5.4.1 A sequência poderá sofrer ajustes técnicos justificados, desde que não comprometa o prazo global contratado.

**Local e horário da prestação dos serviços**

5.5. Os serviços serão prestados no Município de **Laje, Estado da Bahia**, em área destinada à implantação do empreendimento habitacional vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV FNHIS Sub 50, conforme Projeto Básico aprovado e documentos técnicos constantes do processo administrativo.

5.6. Os serviços serão executados, preferencialmente, em dias úteis, no horário compreendido entre **07h00 e 17h00**, podendo haver extensão excepcional da jornada para cumprimento do cronograma físico-financeiro, desde que observadas a legislação trabalhista, as normas de segurança do trabalho, a legislação municipal aplicável e eventual regulamentação local sobre ruídos e horários permitidos.

**Rotinas a serem cumpridas**

5.6.1 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- I – Manutenção de responsável técnico habilitado durante toda a execução da obra;
- II – Atualização diária do Diário de Obra, com registro de atividades executadas, intercorrências e condições climáticas;
- III – Cumprimento rigoroso do Cronograma Físico-Financeiro;
- IV – Comunicação formal à fiscalização sobre início e conclusão de cada etapa relevante;
- V – Apresentação de medições conforme Eventograma/Planilha de Levantamento de Eventos (PLE);
- VI – Cumprimento das normas de segurança do trabalho, especialmente NR-18;
- VII – Controle de qualidade dos serviços estruturais e, quando exigido, realização de ensaios tecnológicos;
- VIII – Manutenção do canteiro de obras organizado, sinalizado e em condições adequadas de segurança.

**Materiais a serem disponibilizados**



## ESTADO DA BAHIA MUNICÍPIO DE LAJE PREFEITURA MUNICIPAL

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução integral da obra, conforme Projeto Básico e Planilha Orçamentária:

- 5.7.1 Materiais de construção civil (cimento, agregados, aço, blocos, revestimentos, esquadrias, louças, metais, tintas e demais insumos previstos no memorial descritivo);
- 5.7.2 Equipamentos e ferramentas adequados (betoneiras, vibradores de concreto, andaimes, equipamentos de corte, ferramentas manuais e elétricas);
- 5.7.3 Equipamentos de proteção coletiva e individual (EPC e EPI), em conformidade com as normas de segurança do trabalho.
- 5.7.4 Todos os materiais deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às normas técnicas aplicáveis e às especificações constantes do Projeto Básico.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.8.1 Execução de 20 (vinte) unidades habitacionais padronizadas, conforme projeto arquitetônico aprovado;
- 5.8.2 Regime de empreitada por preço global, com pagamento por eventos executados e atestados;
- 5.8.3 Prazo de execução de 10 (dez) meses, com exigência de cumprimento integral do cronograma físico-financeiro.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.9. O prazo de garantia dos serviços observará:

- 5.9.1 a garantia legal prevista no Código de Defesa do Consumidor;
- 5.9.2 a responsabilidade técnica do construtor pelo prazo de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 618 do Código Civil, quanto à solidez e segurança da obra.

### **Uniformes**

5.10. Não se aplica, por não se tratar de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.11. Os procedimentos de finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- 5.11.1 Conclusão física da obra e comunicação formal à fiscalização;
- 5.11.2 Realização de vistoria técnica para recebimento provisório;
- 5.11.3 Entrega de documentação final, incluindo:
  - a) projeto "as built" (quando aplicável);
  - b) ART de conclusão;
  - c) manual simplificado de uso e manutenção;
  - d) relatório fotográfico final.
- 5.11.4 Após sanadas eventuais pendências apontadas no recebimento provisório, será realizado o recebimento definitivo.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado, inclusive para:

- 6.6.1 receber notificações e comunicações da fiscalização;
- 6.6.2 acompanhar medições;
- 6.6.3 adotar providências imediatas para correção de inconformidades;
- 6.6.4 representar a contratada perante a Administração durante toda a execução contratual.

6.7. O Contratado deverá indicar formalmente o(s) Responsável(is) Técnico(s) pela execução da obra, devidamente habilitado(s) e registrado(s) no Conselho profissional competente (CREA ou CAU), antes do início da execução do objeto.

6.8. A indicação deverá conter: a) Nome completo; b) Número de registro profissional; c) Qualificação técnica; e) Comprovação de vínculo com a empresa contratada, caso não seja o indicado na Licitação.

6.9. Deverá ser apresentada, antes da emissão da Ordem de Serviço, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativa à execução da obra, devidamente quitada.

6.10. O Responsável Técnico deverá acompanhar tecnicamente a execução da obra, garantindo:

- 6.10.1 Conformidade com o Projeto Básico;
- 6.10.2 Atendimento às normas técnicas da ABNT;
- 6.10.3 Cumprimento das exigências de segurança do trabalho;
- 6.10.4 Qualidade dos serviços executados.

6.11. A designação deverá ser formalizada por escrito e juntada aos autos.

6.12. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, caso verifique insuficiência técnica, conduta inadequada ou incompatibilidade com as exigências contratuais, hipótese em que o Contratado deverá designar outro profissional no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

6.13. A substituição do Responsável Técnico somente poderá ocorrer mediante:

- I – solicitação formal da contratada;
- II – justificativa técnica adequada;
- III – aprovação prévia da Administração;
- IV – comprovação de qualificação técnica equivalente ou superior.

6.14. A eventual ausência injustificada do Responsável Técnico ou a não apresentação da ART/RRT poderá ensejar: a) suspensão da execução dos serviços; b) aplicação de penalidades contratuais; c) outras medidas previstas na legislação vigente.

**Rotinas de Fiscalização**

6.15. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**Fiscalização Técnica**

6.16. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

- 6.17. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.18. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.19. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.20. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.21. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.22. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.22.1 Acompanhamento sistemático da execução física da obra, com inspeções periódicas in loco, verificando a conformidade dos serviços com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos contratuais.
  - 6.22.2 Conferência técnica dos serviços executados antes do atesto das medições, com verificação da aderência aos quantitativos contratados e aos eventos previstos no cronograma físico-financeiro.
  - 6.22.3 Análise e validação da documentação apresentada para pagamento, incluindo notas fiscais, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista e demais exigências contratuais.
  - 6.22.4 Verificação do cumprimento das normas técnicas da ABNT aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas a estruturas, instalações elétricas, instalações hidrossanitárias e desempenho das edificações.
  - 6.22.5 Fiscalização do cumprimento das normas de segurança do trabalho, com especial atenção às exigências da NR-18, uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC.
  - 6.22.6 Acompanhamento do controle tecnológico dos serviços estruturais, quando aplicável, incluindo ensaios de concreto, testes de estanqueidade e demais verificações técnicas exigidas pelo Projeto Básico.
  - 6.22.7 Verificação da manutenção e atualização do Diário de Obra, assegurando o registro formal de todas as ocorrências relevantes.
  - 6.22.8 Monitoramento do cumprimento do cronograma físico-financeiro, com registro de eventuais atrasos e adoção de medidas corretivas, quando cabível.
  - 6.22.9 Acompanhamento do cumprimento das obrigações ambientais, inclusive quanto à destinação adequada dos resíduos da construção civil.
  - 6.22.10 Emissão de notificações formais à contratada em caso de inconformidades técnicas, descumprimento de prazos ou falhas na execução, fixando prazo para regularização.
  - 6.22.11 Registro fotográfico periódico da evolução da obra, compondo relatório técnico de acompanhamento.
  - 6.22.12 Participação nos procedimentos de recebimento provisório e definitivo da obra, com elaboração de termo circunstanciado indicando eventuais pendências.
- 6.23. O custo com ensaios laboratoriais integra o preço global da proposta.
- 6.24. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.25. **Responsabilidade por Vícios Construtivos e Garantia Quinquenal**



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

6.26. O Contratado responde pela qualidade, solidez, segurança e adequação técnica da obra executada, nos termos do art. 618 do Código Civil, pelo prazo de **05 (cinco) anos**, contados do recebimento definitivo da obra.

6.27. O recebimento definitivo não afasta a responsabilidade do Contratado por vícios ocultos ou defeitos estruturais, inclusive nos termos do art. 618 do Código Civil.

6.28. A responsabilidade prevista no item anterior abrange:

I – vícios estruturais;

II – falhas de fundação;

III – defeitos construtivos que comprometam a solidez ou segurança da edificação;

IV – vícios ocultos que reduzam a vida útil ou o desempenho da obra;

V – patologias decorrentes de erro de execução, emprego de materiais inadequados ou descumprimento das normas técnicas.

6.29. Constitui vício construtivo qualquer desconformidade técnica que comprometa:

6.29.1 a estabilidade estrutural;

6.29.2 a estanqueidade;

6.29.3 o desempenho das instalações;

6.29.4 a segurança dos usuários;

6.29.5 a durabilidade prevista no Projeto Básico e nas normas da ABNT.

6.30. Identificado vício construtivo dentro do prazo quinquenal, o Contratado será formalmente notificado para promover, às suas expensas, a correção integral do defeito no prazo fixado pela Administração.

6.31. Caso o Contratado não adote as providências necessárias no prazo estabelecido, a Administração poderá:

I – executar a garantia contratual, quando cabível;

II – contratar terceiro para realização dos reparos, cobrando do Contratado os custos correspondentes;

III – aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021;

IV – promover a responsabilização civil cabível.

6.32. O prazo de 05 (cinco) anos não exclui:

I – a responsabilidade por vícios ocultos cujo conhecimento ocorra após o recebimento definitivo;

II – a responsabilidade civil por danos decorrentes de culpa ou dolo;

III – eventuais prazos prescricionais previstos na legislação aplicável.

6.33. A responsabilidade quinquenal é independente da garantia contratual exigida nos termos da Lei nº 14.133/2021, não se confundindo com esta, possuindo natureza legal própria.

6.34. A Administração poderá realizar inspeções técnicas durante o período de garantia, sempre que necessário, para verificar a manutenção das condições de solidez e segurança da obra.

6.35. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.36. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.37. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.38. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.38.1 Verificação periódica da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, inclusive mediante consulta aos sistemas oficiais (SICAF, CNDT, FGTS e demais cadastros pertinentes);



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

- 6.38.2 Conferência da validade e suficiência da garantia contratual, inclusive quanto à necessidade de complementação ou renovação em caso de prorrogação contratual ou alteração de valor;
- 6.38.3 Acompanhamento do cumprimento das obrigações relativas à manutenção das condições de habilitação técnica e econômico-financeira durante toda a execução contratual;
- 6.38.4 Controle dos prazos contratuais, inclusive quanto à vigência, execução, prorrogações e eventuais suspensões;
- 6.38.5 Registro formal de ocorrências administrativas relevantes, inclusive aplicação de penalidades, advertências e notificações;
- 6.38.6 Acompanhamento da formalização de termos aditivos e apostilamentos, verificando sua adequação legal e orçamentária;
- 6.38.7 Controle das retenções contratuais, quando aplicáveis, e eventual execução da garantia em caso de inadimplemento;
- 6.38.8 Verificação do cumprimento das obrigações ambientais e documentais exigidas contratualmente;
- 6.38.9 Encaminhamento ao gestor do contrato de relatórios periódicos sobre a situação administrativa da execução contratual;
- 6.38.10 Adoção de providências administrativas em caso de risco de desequilíbrio econômico-financeiro, comunicando formalmente a autoridade competente.

**Gestor do Contrato**

6.39. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.39.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.39.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.39.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.39.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.39.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.39.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.39.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará **o disposto nesta seção**, com base no Cronograma Físico-Financeiro, na Planilha Orçamentária e na Memória de Cálculo integrantes do Projeto Básico.
- 7.2. Considerando tratar-se de contratação sob o regime de **empreitada por preço global**, será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada exclusivamente por preços unitários dissociados das etapas concluídas.
- 7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.3.1 não produziu os resultados acordados,
  - 7.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.4. A sistemática de medição adotada não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de controle técnico e administrativo da execução contratual.
- 7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.5.1 conformidade dos serviços executados com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária e Composições de Custos;
  - 7.5.2 cumprimento integral da etapa prevista no Cronograma Físico-Financeiro, considerando-se concluída a etapa apenas quando executados todos os serviços que a compõem;
  - 7.5.3 atendimento às normas técnicas aplicáveis (ABNT, normas da Caixa Econômica Federal, diretrizes do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50 e demais normativos pertinentes).

**Recebimento**

- 7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **até 15 (quinze) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.6.1 Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
    - 7.6.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
    - 7.6.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.7. A glosa não configura alteração contratual nem desequilíbrio econômico-financeiro, quando decorrente de inexecução ou execução inferior ao pactuado.
- 7.8. A glosa decorrente de inexecução ou execução inferior à prevista não configura alteração contratual nem desequilíbrio econômico-financeiro.
- 7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.13. Para efeito de recebimento provisório e faturamento, serão considerados **os eventos ou etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro aprovado**.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

7.14. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.14.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.14.2 o fiscal administrativo deverá verificar a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

7.15. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

7.16. O recebimento provisório ficará sujeito à conclusão de todos os testes de funcionamento das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, bem como à entrega dos documentos técnicos exigíveis, inclusive “as built”, quando aplicável.

7.17. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.18. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.19. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.20. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.21. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.22. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.23. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.23.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.23.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.23.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.23.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.23.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

7.24. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.25. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.26. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.27. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nos termos do art. 618 do Código Civil, nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

7.28. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.29. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.30. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.31. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.32. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.33. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.33.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.33.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.34. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.35. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.36. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.37. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Prazo de pagamento**

7.38. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.39. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC (Índice Nacional da Construção Civil – FGV), divulgado pelo FGV ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

**Forma de pagamento**

7.40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.41. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.42. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.42.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.43. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.44. A medição e o pagamento observarão estritamente o regime de empreitada por preço global, vedada qualquer forma de remuneração por quantitativos unitários isolados, ressalvadas as hipóteses legais de alteração contratual previstas nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

7.45. A alocação do risco de fluxo de recursos não afasta a aplicação do art. 92, §5º e art. 137, IV, da Lei nº 14.133/2021, devendo eventual atraso ser tratado conforme o caso concreto, não gerando automaticamente direito à indenização por lucros cessantes.

7.46. A reprogramação de prazo não implicará, por si só, recomposição automática de custos indiretos, devendo ser demonstrado o efetivo impacto econômico.

**Reajuste**

7.47. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO datadas de **17/12/2025**].

7.48. Após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado pela Administração, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)**, divulgado pela **Fundação Getúlio Vargas – FGV**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.49. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.50. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.51. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.52. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

7.53. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.54. O reajuste será realizado por apostilamento.

**Cessão de Crédito**

7.55. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.55.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.55.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.55.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.55.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.56. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

**8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, ou seja, condutas previstas no art. 155, incisos II, III e IV da Lei nº 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ou seja, condutas previstas no art. 155, incisos V a VIII da Lei nº 14.133/2021, ou quando as infrações previstas nos incisos II a IV justificarem penalidade mais gravosa.

8.2.4 Multa:



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,2% (dois décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10% (dez por cento) do valor da parcela**.

8.2.4.1.1. Ultrapassado o limite de 50 (cinquenta) dias de atraso, poderá a Administração optar pela extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a extinção contratual por descumprimento de cláusula essencial, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação, conforme a gravidade da infração**, sendo:

a) Para inexecução parcial do contrato: **10% (dez por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida;

b) Para inexecução total do contrato: **20% (vinte por cento)** sobre o valor total atualizado da contratação;

c) Para descumprimento de obrigação acessória relevante (ex.: não apresentação de ART, não manutenção de preposto, ausência de diário de obra, descumprimento de normas ambientais): **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da etapa correspondente.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação[, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]

8.2.4.7.1. Descumprimento de determinações da fiscalização;

8.2.4.7.2. Não atendimento às especificações técnicas do Projeto Básico;

8.2.4.7.3. Execução de serviços com emprego de materiais em desacordo com o Memorial Descritivo;

8.2.4.7.4. Descumprimento de obrigações ambientais ou de segurança do trabalho.

8.3. A aplicação de multa moratória não impede a posterior conversão da mora em inexecução parcial ou total, podendo ensejar a extinção contratual nos termos do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. A execução da garantia independe da aplicação prévia de multa, bastando a apuração administrativa do prejuízo.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. O contrato poderá ser extinto:

I – nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021;

II – por inexecução total ou parcial grave;

III – por atraso injustificado superior ao limite tolerado neste Termo de Referência;

IV – por descumprimento de obrigação essencial, inclusive não prestação ou não recomposição de garantia;

V – por prática de infração que enseje declaração de inidoneidade.

8.16. A extinção poderá ocorrer:

a) unilateralmente pela Administração;

b) amigavelmente, mediante acordo entre as partes;

c) judicialmente.





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

8.17. Na hipótese de extinção por culpa do Contratado:

- I – serão aplicadas as sanções cabíveis;
- II – poderá ser executada a garantia contratual;
- III – poderão ser retidos créditos para ressarcimento de prejuízos (art. 139, IV, Lei 14.133/2021).

8.18. A extinção por perda de vantagem observará o art. 138 da Lei nº 14.133/2021, assegurada indenização apenas das parcelas efetivamente executadas e regularmente atestadas.

8.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2.

### **Regime de Execução**

9.3. O regime de execução do objeto será o de **empreitada por preço global**, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo ao Contratado a execução da obra pelo valor total ofertado em sua proposta, assumindo integral responsabilidade pelos quantitativos, custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais anexos técnicos.

9.3.1 No regime de empreitada por preço global, o pagamento será vinculado ao cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro e no eventograma/PLE, vedada a remuneração por quantitativos unitários isolados, ressalvadas as hipóteses legais de alteração contratual previstas nos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.2 O Contratado assume os riscos ordinários decorrentes da execução do objeto, inclusive quanto ao adequado dimensionamento dos quantitativos necessários ao cumprimento integral da obra, não sendo admitida revisão contratual por erro de estimativa de custos ou de quantitativos que integram sua proposta, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

9.4. O regime de empreitada por preço global implica que variações ordinárias de quantitativos necessários à execução integral do objeto constituem risco do Contratado, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses de alteração contratual formalmente promovida pelo Contratante.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.5. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.5.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

### **Exigências de habilitação**



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE LAJE  
PREFEITURA MUNICIPAL**

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

- 9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do [valor total estimado da contratação]**.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**Qualificação Técnica**

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, inclusive quanto às características do terreno, acesso ao local da obra, disponibilidade de infraestrutura, condições climáticas, logística de fornecimento de materiais e demais peculiaridades que possam influenciar na execução do objeto.

9.33.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado, acompanhada de sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes da não verificação prévia das condições locais.

9.34. Registro ou inscrição da empresa no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** ou no **Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, conforme a área de atuação pertinente ao objeto, em plena validade.

9.34.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil, nos termos da legislação aplicável.

**Qualificação Técnico-Operacional**

9.35. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.35.2 **Execução de armação de infra e superestrutura** - Comprovação mínima de **6.308,00 kg**;

9.35.3 **Concretagem de infra e superestrutura** - Comprovação mínima de **117,00 m³**;

9.35.4 **Trama de madeira para telhados com telha cerâmica** – Comprovação mínima de **734,00 m²**;

9.35.5 **Execução de alvenaria de blocos de vedação** - Comprovação mínima de **923,00 m²**;

9.35.6 **Execução de massa única/reboco/emboço** – Comprovação mínima de **2.220,00 m²**.

9.36. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.37. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) na entidade profissional competente (CREA ou CAU), quando exigido pela legislação.

9.37.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.37.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.37.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.37.4 A comprovação da prestação de serviços constantes de atestado de capacidade técnica, quando solicitada, deve ser feita mediante nota fiscal, e não por meio de recibo, compreendendo todo o período mencionado no atestado. Acórdão 519/2025-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

9.38. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.39. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**Qualificação Técnico-Profissional**

9.40. Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da contratação.

9.41. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.41.1 Para o Engenheiro Civil (ou Arquiteto e Urbanista, quando compatível com as atribuições legais), devidamente registrado no CREA ou CAU: Comprovação de responsabilidade técnica por execução de serviços de:

- 9.41.1.1. Execução de armação de infraestrutura e superestrutura;
- 9.41.1.2. Concretagem de infraestrutura e superestrutura;
- 9.41.1.3. Execução de alvenaria de blocos de vedação;
- 9.41.1.4. Execução de massa única/reboco/emboço;
- 9.41.1.5. Execução de estrutura de cobertura com trama de madeira e telhamento cerâmico;
- 9.41.1.6. Execução de obras civis seriadas de unidades habitacionais.

9.41.2 Para Técnico ou Engenheiro de Segurança do Trabalho: Apresentação de profissional habilitado, devidamente registrado no conselho profissional competente, para atuação na obra, em atendimento às Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-4, NR-6 e NR-10.

9.41.3 A exigência deste profissional observará as atribuições legais estabelecidas pelo Sistema CONFEA/CREA, sendo admitida a cumulação de atribuições pelo Engenheiro competente, quando legalmente habilitado para tanto.

9.41.4 O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.41.5 A comprovação deverá observar os seguintes parâmetros:

- 9.41.5.1. Admite-se somatório de atestados para fins de comprovação quantitativa mínima, conforme previsto no Projeto Básico;
- 9.41.5.2. Os atestados deverão estar acompanhados da respectiva CAT expedida pelo CREA ou CAU;
- 9.41.5.3. Os serviços comprovados deverão possuir compatibilidade técnica com o sistema construtivo previsto no Projeto Básico;
- 9.41.5.4. Para a comprovação de execução de unidades habitacionais, deverá ser demonstrada experiência anterior na execução de, no mínimo, 10 (dez) unidades habitacionais seriadas, conforme exigência constante do Projeto Básico.

9.42. A exigência dos profissionais acima indicados decorre da necessidade de assegurar que a empresa vencedora disponha de responsável técnico com experiência comprovada na execução de obras habitacionais de interesse social, envolvendo estrutura, instalações e acabamento, conforme especificações do Projeto Básico aprovado.

9.43. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.45. A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser feita por meio de:

- I – Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social;**
- II – Contrato social;**
- III – Contrato de prestação de serviços; ou**
- IV – Declaração de contratação futura acompanhada de anuência do profissional.**





**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

9.46. O profissional indicado deverá participar da execução do objeto, admitindo-se sua substituição por outro de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação prévia da Administração.

**Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade – PBQP-H**

9.47. Considerando que o objeto da contratação consiste na execução de unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – FNHIS Sub 50, com recursos federais e sob diretrizes técnicas do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, será exigido da licitante:

9.47.1.1. comprovação de que possui certificação no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat – PBQP-H, Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), em nível B ou superior;

9.47.1.2. comprovação de sistema de gestão da qualidade equivalente, devidamente certificado por organismo acreditado pelo INMETRO ou reconhecido internacionalmente, que contemple controle tecnológico, rastreabilidade de materiais, gestão de processos construtivos e conformidade com normas técnicas aplicáveis, inclusive ABNT NBR 15575 (Norma de Desempenho).

9.47.2 A comprovação poderá ocorrer por meio de:

- a) Certificado válido do PBQP-H/SiAC nível B ou superior;
- b) Certificação ISO 9001 com escopo específico para execução de obras de edificações;
- c) Outro sistema equivalente, desde que tecnicamente demonstrada a equivalência por documentação formal.

9.47.3 A exigência fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos:

- a) Necessidade de padronização e controle de processos em obra seriada de habitação social;
- b) Redução de patologias construtivas (umidade, fissuras, falhas de impermeabilização);
- c) Atendimento à Norma de Desempenho – ABNT NBR 15575;
- d) Mitigação de riscos técnicos previstos na Matriz de Riscos da contratação;
- e) Garantia de rastreabilidade e controle de materiais empregados.

9.47.4 A ausência de certificação PBQP-H não implicará inabilitação automática, desde que a empresa comprove sistema equivalente que assegure nível de controle de qualidade compatível com o exigido

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.48. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.49. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.50. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.51. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.52. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**Das declarações obrigatórias**



**ESTADO DA BAHIA**  
**MUNICÍPIO DE LAJE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

9.53. As licitantes deverão apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, as declarações constantes dos Anexos do Edital, incluindo, mas não se limitando a:

- I – Declaração de pleno conhecimento das condições locais;
- II – Declaração de inexistência de impedimentos (art. 14 da Lei nº 14.133/2021);
- III – Declaração de ausência de nepotismo e de conflito de interesses;
- IV – Declaração de observância à Matriz de Riscos;
- V – Demais declarações previstas nos anexos do instrumento convocatório.

9.54. A ausência injustificada de qualquer declaração exigida poderá ensejar inabilitação, ressalvadas as hipóteses de saneamento previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

9.55. Admite-se a apresentação de documentos que possuam teor equivalente, desde que hábeis a comprovação do conteúdo da declaração, cujo modelo pretenda substituir.

**Do poder de saneamento e dos limites legais**

9.56. Nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I – complementação de informações acerca de documentos já apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.57. Em observância aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade e da competitividade, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá promover diligência para saneamento de falhas formais, desde que:

- I – não haja alteração da substância da proposta ou da habilitação;
- II – a condição já estivesse atendida na data da abertura da sessão pública;
- III – não haja violação ao princípio da isonomia;
- IV – a decisão seja devidamente fundamentada e registrada em ata.

9.58. Consideram-se falhas formais passíveis de saneamento, exemplificativamente:

- I – ausência de assinatura, rubrica ou numeração;
- II – erro material de digitação;
- III – ausência de declaração cujo conteúdo possa ser confirmado por documento já apresentado;
- IV – documento comprobatório de condição preexistente à abertura da sessão pública, não juntado por equívoco.

9.59. Não serão admitidas diligências para suprir falhas substanciais, assim entendidas aquelas que:

- I – impliquem inexistência de documento exigido para comprovação de habilitação na data da abertura do certame;
- II – revelem que o licitante não atendia às condições de habilitação no momento oportuno;
- III – alterem a essência da proposta;
- IV – impliquem inovação material posterior à sessão pública.

**Da verificação eletrônica de documentos**

9.60. Nos termos do art. 68, §1º, da Lei nº 14.133/2021, os documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

9.61. A verificação, pelo Agente de Contratação ou Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

9.62. Constatada irregularidade meramente formal em certidão passível de verificação eletrônica, poderá a Administração proceder à consulta direta ao órgão emissor para confirmação da situação do licitante.

**Da declaração de ausência de nepotismo**

9.63. A Declaração de Ausência de Nepotismo e Conflito de Interesses deverá ser apresentada na fase de habilitação.



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE LAJE  
PREFEITURA MUNICIPAL**

9.64. A ausência dessa declaração poderá ser objeto de diligência quando se tratar de omissão formal e a condição puder ser confirmada por outros elementos constantes dos autos.

9.65. A comprovação posterior de falsidade na declaração ensejará:

I – inabilitação ou desclassificação;

II – rescisão contratual;

III – aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;

IV – comunicação aos órgãos de controle competentes.

**Da fundamentação obrigatória**

9.66. Toda decisão de saneamento deverá ser:

I – fundamentada juridicamente;

II – registrada em ata;

III – disponibilizada aos demais licitantes;

IV – pautada na ponderação entre legalidade, isonomia e competitividade.

9.67. É vedado o saneamento que configure favorecimento indevido ou quebra da igualdade entre os licitantes.

**10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 2.732.933,30 (dois milhões, setecentos e trinta e dois mil, novecentos e trinta e três reais e trinta centavos), conforme tabela acima e custos unitários apostos nas Planilhas anexas ao Projeto Básico.

10.1.1 Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Laje e decorrente do Termo de Compromisso nº 986974/2025/MCIDADES/CAIXA.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: 030801

Fonte de recursos: 1500000001 e 1700000001

Programa de trabalho/Atividade: 1010

Elemento de despesa: 4.4.90.51.00

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

---

**ANA BEATRIZ LIMA CAITANO**

Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Obras e Planejamento Urbano e Rural  
Matrícula 110321034 - Presidente da equipe de Planejamento

---

**DAIANE DOS SANTOS DE JESUS ANDRADE**



**ESTADO DA BAHIA  
MUNICÍPIO DE LAJE  
PREFEITURA MUNICIPAL**

Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Obras e Planejamento Urbano e Rural - Matrícula 110321020 -  
Membro